

PERCEÇÃO DO RISCO E CONFLITOS AMBIENTAIS: MODELOS CONCEPTUAIS E APLICAÇÕES

Atas do Seminário Final do Projeto RENCOASTAL

O RISCO DE EROÇÃO EM ZONAS COSTEIRAS: TERRITÓRIOS RESILIENTES E VULNERABILIDADES SOCIAIS

João Lutas Craveiro

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Centro de Congressos do LNEC: 25 de Junho de 2013

Projeto FCT: PTDC/CS-SOC/103202/2008

Título do projecto: REGULAÇÕES E CONFLITOS DEVIDO À EROÇÃO COSTEIRA

Acrónimo: RENCOASTAL

No âmbito do projecto RENCOASTAL, que tem como objetivo principal contribuir para uma gestão integrada das zonas costeiras portuguesas, nomeadamente sob a análise dos modelos de desenvolvimento urbano e dos conflitos ambientais a propósito do risco de galgamento oceânico e erosão costeira, aplicaram-se técnicas de inquirição pública em dois momentos privilegiados. Num primeiro momento, que coincide com a seleção de interlocutores e a realização de entrevistas a stakeholders, representantes de interesses e líderes locais, desenvolveram-se inquirições exploratórias e a consulta de relatórios da participação pública em instrumentos de ordenamento do território sobre as zonas costeiras. Desta consulta e da selecção de interlocutores resultou a identificação de associações locais e os primeiros contactos com Juntas de Freguesia, nomeadamente na Costa da Caparica e Paramos, em Espinho.

A selecção destes locais tinha sido anteriormente suportada com uma análise de clusters (Craveiro et al.; 2011) e as referências, nas zonas seleccionadas, a pontos de maior exposição aos riscos de erosão costeira identificados nos respetivos instrumentos de ordenamento (Planos de Ordenamento da Orla Costeira). É o caso da Costa da Caparica, especialmente na zona da Fonte da Telha onde existe um núcleo de pescadores, e em Paramos, Espinho, no Lugar da Praia, igualmente um núcleo urbano de génese em pescadores locais. Contudo, um primeiro momento de inquirição incidiu sobre uma lista de interlocutores privilegiados, stakeholders locais e representantes de interesses económicos e culturais. Como entrevistas exploratórias importava sobretudo extrair racionalidades sociais em torno da identificação das causas e consequências da erosão costeira, quadro institucional de gestão das zonas costeiras e a avaliação das medidas e obras de protecção costeira.

Das vinte e cinco entrevistas realizadas a partir do verão e ano de 2011 (conforme lista discriminada a seguir), com particular incidência na zona da Costa da Caparica, ressalta, como então discriminado, uma percepção do risco dependente da localização da residência ou dos interesses ativos associados às zonas costeiras.

LISTA DE ENTREVISTADOS NA FASE DE EXPLORAÇÃO DO TEMA (causas e consequências da erosão costeira):

Administração do CostaPolis
Associação A Mar a Costa
Associação de Comerciantes do Distrito de Setúbal (Delegação de Almada)
Associação de Moradores da Fonte da Telha
Associação de Moradores do Campo da Bola
Associação de Recursos Hídricos do Tejo
Associação de Surf da Costa da Caparica
Bar Pé Nu (Costa da Caparica)
Centro Internacional de Surf
Centro social Paroquial Nossa Senhora da Conceição (Costa da Caparica)
Clube de Campismo de Almada
Clube de Campismo de Lisboa
Comando Distrital da Proteção Civil (Setúbal)
Delegação da Polícia Marítima (Trafaria)
Escola de Surf (Espinho)
Federação de Sindicatos dos Trabalhadores do Mar
Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
Instituto Nacional da Água
Juntas de Freguesia de Paramos (Costa da Caparica e Paramos/Espinho)
Movimento Palheiros da Costa da Caparica
Movimento SOS Salvem o Surf
Parque de Campismo do Inatel (Costa da Caparica)
Restaurante O Barbas (Costa da Caparica)
Sindicatos de Pescadores (Setúbal)
Tasca do Leandro (Costa da Caparica)

Quer isto dizer, conforme publicado a propósito da síntese das entrevistas e exploração dos seus conteúdos (Pires, et al.: 2012), que prevalece uma subestimação dos riscos associados à erosão costeira e galgamento oceânico, por diversos representantes de interesses sociais e em particular por representantes de moradores de núcleos antigos, campistas e pescadores, como uma expressão de um direito de permanência, apelando para medidas de proteção costeira que não impliquem a realocação das atividades e população.

Caso essa realocação seja necessária, os representantes de interesses, na sua maioria, defendem novas localizações o mais próximas possível da linha da costa. Destaque-se, contudo, argumentos específicos de representantes de autoridades locais e regionais mais dependentes dos seus domínios de atuação e competências políticas. Por seu lado, representantes de associações culturais desenvolvem um discurso mais dirigido para a defesa das tradições locais (onde naturalmente se inclui a pesca, e em especial a arte xávega). Duma forma geral, as causas da erosão costeira são naturalizadas quando se trata de aferir uma dimensão global, mas localizadas quando se identificam as ações que levaram ao agravamento da situação como a extração de areias ou a construção urbana.

A perceção do risco é também dependente do grau de exposição pessoal de bens e de interesses na região, quando se trata de representantes de interesses privados, ou coletivos no sentido das associações de moradores e de pescadores. Em particular, aferiu-se uma especial vulnerabilidade e dependência face ao estado do mar e da disponibilidade de areal, como

recurso essencial para a arte xávega, de pequenos núcleos ou alglomerados urbanos de pescadores.

Neste sentido, um segundo momento de inquirição incidiu particularmente nos núcleos de pescadores da Costa da Caparica e Fonte da Telha como no Lugar da Praia em Paramos, a sul de Espinho, em áreas sensíveis à erosão costeira e galgamento oceânico. Os núcleos urbanos selecionados configuram uma matriz de evolução semelhante, ilustrada por uma ocupação inicialmente maioritária de residentes pescadores, como referido atrás, com casas de autocostrução, e que evoluiu ao longo de 3 ou 4 gerações para habitações de construção mais sólida (de *palheiros* para *moradias unifamiliares*). As inquirições decorreram durante 2012, envolvendo 7 deslocações a Espinho e à Costa da Caparica no total (4 deslocações a Espinho), e abrangeram 70 questionários de aplicação direta (36 em Espinho e 34 na Costa da Caparica).

O questionário abrangeu a quase totalidade das habitações dos respetivos bairros (fotos 1, e localização no *Google Earth*, fotos 2 e 3) com ocupação sobre a linha da costa e pescadores presentes (na Costa da Caparica foram inquiridos pescadores presentes e moradores na zona, embora não no bairro por a residência de pescadores abranger uma maior dispersão por vários bairros e construções mais recentes). Nos núcleos antigos a estratégia consistiu em recolher uma inquirição por habitação (por subsecção estatística, nos respetivos núcleos urbanos, existiam em 2011 36 edifícios em Paramos junto à praia, e 37 na Fonte da Telha no bairro dos pescadores¹).

A população inquirida obedece ao duplo critério de possuir residência junto à linha da costa e representar uma condição económica e identidade social associada à atividade da pesca. Os inquéritos incidiram sobre dois grandes temas de caracterização, o primeiro centrado sobre o **indivíduo, a habitação e o território** (evolução dos bairros de pescadores e tipos de construção) e o segundo sobre a **relação com o risco** (memória de inundações, recuo da costa) e **as obras de engenharia** (sentimento de segurança e infraestruturas de proteção costeira). As principais características da população inquirida apontam para uma idade mediana de 59 anos (média 58), com mais de metade das pessoas a viverem no mesmo bairro há mais de 40 anos, quase sempre na mesma casa (a maior parte reside há pelo menos 32 na mesma habitação), com o cônjuge e um filho (moda).

Os inquiridos, de baixa escolaridade (a grande maioria, cerca de 80%, não tem mais que 4 anos de escolaridade), referem ainda recordarem as construções antigas de madeira, e que os bairros de pescadores sofreram uma evolução não só acerca dos materiais e área de construção como uma evolução social: de bairros maioritariamente compostos por pescadores são hoje bairros de residência de uma população profissionalmente mais heterogénea, nas idades mais jovens e com escolaridade maior, e de idosos reformados e ex-pescadores nas idades mais avançadas.

¹ - Estes dados referem-se às subsecções estatísticas e locais de inquirição em núcleos urbanos de pescadores, com as ref. BGRI 15030304302 para a Fonte da Telha e BGRI 01070400115/8 para o Lugar da Praia em Paramos. Embora a lógica de inquirição não tenha sido amostral, a recolha de questionários é largamente expressiva quanto aos pescadores e núcleos urbanos em ambas as localidades.



Foto 1: Lugar da Praia, em Paramos (Espinho)



Foto 2: Paramos, Espinho (Fonte: Google)



Foto 3: Fonte da Telha, Caparica (Fonte: Google)

Relativamente à memória de inundações, refira-se a identificação de danos, até num passado recente (desde 1990), com uma maior intensidade de danos em habitações na zona da Costa da Caparica, enquanto que as referências a inundações de ruas e de casas parecem ser ligeiramente mais frequentes no Lugar da Praia, em Paramos, Espinho (Gráfico 1). Contudo, inundações de ruas e habitações são ocorrências habituais no período das marés vivas, conforme identificado pelos respondentes em ambas as localidades.

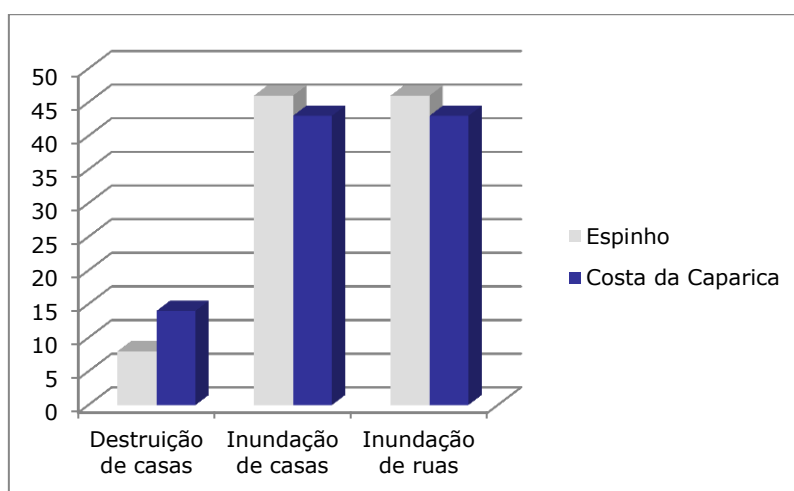


Gráfico 1: Identificação de danos provocados por inundações marítimas (em %)

Já a percepção do recuo da linha da costa aponta para uma situação muito mais gravosa na zona da Costa da Caparica (Gráfico 2), identificando-se a exposição humana ao risco na parte sul menos protegida por infraestruturas costeiras e, particularmente, na parte norte, praia de S. João e zona do parque de campismo.

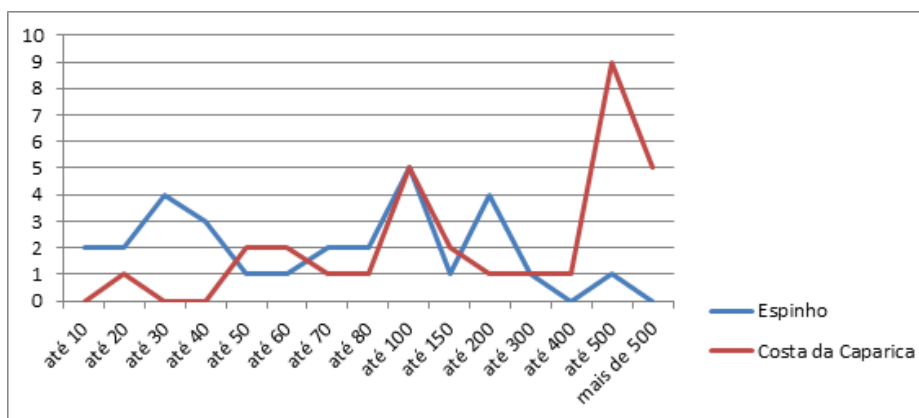


Gráfico 2: Percepção do recuo da linha da costa nos últimos 30 a 40 anos

As causas apuradas para a existência deste fenómeno de erosão (Gráfico 3) são de alguma forma *naturalizadas* no comportamento do mar, quando a escala de percepção é global, mas *humanizadas* em atividades de extração de areias e formas de ocupação urbana e falta de infraestruturas de proteção, numa escala de percepção local. Também a identificação de consequências privilegia a escala local, referindo-se a possibilidade do mar invadir a localização das casas, e ocupações urbanas ao longo do litoral, apontando-se maioritariamente para a necessidade de obras (intrusivas) de proteção que garantam a continuidade da presença humana (Gráfico 4). Destaque-se no entanto a inversão das referências às causas da erosão costeira, sendo que os pescadores e moradores da Costa da Caparica identificam claramente a existência de causas humanas, essencialmente localizadas na extração de areias.

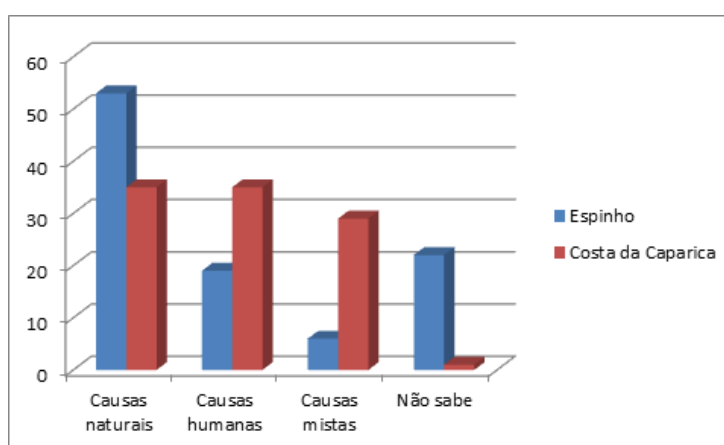


Gráfico 3: Percepção das causas da erosão costeira (por %)

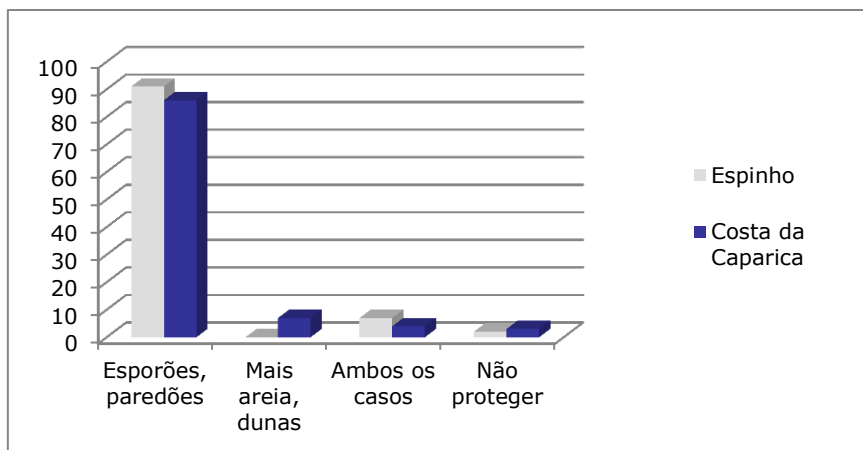


Gráfico 4: Soluções defendidas de combate à erosão costeira (em %)

Como refere o geógrafo que desde a década de 70 do século passado se tem dedicado ao tema dos riscos naturais e induzidos, estamos perante a urgência de pensarmos as formas de adaptação e mitigação numa perspectiva de ordenamento do território (Capel, 2010). Contudo, a divergência nas formas de perceção humana dos mesmos riscos naturais ou induzidos, quer entre os grupos sociais em função da sua experiência e interesses quer entre a perceção comum e a perceção científica (Capel, 1973) dificultam o encontro de soluções consensuais. Essencialmente, nos casos analisados aqui, as populações inquiridas reivindicam o direito à permanência e uso dos territórios, defendendo soluções intrusivas e obras convencionais por parte da engenharia civil enquanto rejeitam medidas alternativas e intervenções *suaves*, como a alimentação artificial do areal. Duma forma mais veemente recusam absolutamente a ideia de abandono ou recuo das atividades humanas e formas de uso e ocupação do solo.

Um programa de cidadania ou educação ambiental tem, pois, que começar por identificar as causas da erosão costeira, distinguindo-a de outros fenómenos como o galmanento oceânico e a subida do nível dos mares, mas focalizando as questões no debate sobre as alterações climáticas e as respostas alternativas por parte das sociedades humanas, em especial demonstrando-se um conjunto diversificado de medidas adaptativas e mitigadoras que não se reduzem à construção de obras convencionais da engenharia ou à reprodução de soluções do passado.

Sem esta sensibilização e envolvimento das populações a emergência dos conflitos ambientais pode assumir proporções de confronto direto entre núcleos urbanos ou ocupantes em áreas costeiras e as autoridades, a propósito de intervenções precaucionais e em situação de pré-emergência, no recuo de atividades humanas e medidas de desocupação costeira. Crê-se que este potencial de conflito é já latente nos núcleos urbanos inquiridos devido à possibilidade de desalojamento e forte sentimento de pertença, por parte das populações, vinculado a um lugar específico e espaço apropriado para habitação.

Bibliografia

Capel, H. (1973). Percepción del medio y comportamiento geográfico. *Revista de Geografía, Universidad de Barcelona*, vol. VII, nº 1: pp. 58-150

Capel, H. (2010). Los riesgos de la geografía y la geografía de los riesgos. *Papeles del Departamento de Geografía, Universidad de Murcia*, 2º Semestre 2010, nº 51-52: p. 11-22

Craveiro, J.L.; Pires, I.M.; Almeida, I.D. e Antunes, O. (2011). Zonas costeiras continentais portuguesas: questões prévias sobre a ecologia humana das zonas costeiras e os conflitos pelo uso e a regulação dos territórios. *RevCEDOUA, Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, N.º24, Ano XII, 2.09: pp. 119/126.

Pires, I.; Craveiro, J. L.; Antunes, O. (2012). Artificialização do solo e Vulnerabilidade Humana em duas zonas sujeitas a processos de erosão costeira: casos de estudo da Costa da Caparica e Espinho (Portugal). In *Revista da Gestão Costeira Integrada* 12(3)-277-290, 2012. URL: <http://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-316_Pires.pdf> (Consultado em 25 de Setembro de 2013).